

Desafios de um Jovem Advogado

Camila de Almeida Miranda*

A Constituição Federal de 1988, nossa Carta Magna, preconiza, em seu artigo 133, que: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”. Esse dispositivo legal, além de encher de orgulho a nossa classe, transmite uma noção exata daquilo que representa o advogado para toda a sociedade: trata-se de profissão indispensável para efetivar, na prática, o que desde o início dos tempos existe e é inerente à nossa concepção de mundo: o ideal de justiça.

Nesta esteira, ao optar pela faculdade de Direito, iniciam-se desde já os desafios do estudante e futuro bacharel. A construção da carreira de um advogado e sua preparação para a inserção no mercado de trabalho começam cedo, nas primeiras aulas, quando ele toma contato com as leis e doutrinas, além de se habituar aos conceitos e termos jurídicos que possivelmente o acompanharão durante toda uma vida.

Passados os cinco anos de faculdade, cujas etapas que exigem mais dedicação são o cumprimento do estágio obrigatório e a preparação da monografia jurídica, surge o primeiro grande desafio de todo bacharel em Direito e aspirante a advogado: a aprovação no Exame de Ordem. Essa etapa é tão importante que, mesmo os jovens optando por investir na preparação para concursos públicos, se sentem desafiados a passarem no Exame de Ordem, até para medirem os conhecimentos obtidos ao longo dos estudos acadêmicos.

Conquistada a carteira da Ordem dos Advogados do Brasil, o jovem advogado percebe que os maiores desafios ainda estão por vir, dentre eles a inserção no mercado de trabalho. São dúvidas frequentes entre os jovens advogados: Devo buscar um emprego em um escritório, departamento jurídico ou devo abrir o meu próprio escritório? No caso de escolher a advocacia empreendedora, abrindo o seu próprio escritório, o segundo desafio será a escolha do sócio ideal. Esta escolha é tão difícil que, não raro, jovens advogados optam por trabalhar sozinhos, devido dificuldades oriundas de toda parceria profissional.

A escolha das áreas do Direito em que o jovem advogado vai atuar e as estratégias para a captação de clientes são os próximos passos decisivos para o sucesso do escritório. A advogada e professora Marcela Matos aborda em seu livro “Seu Futuro em Direito” da Editora Fundamento, as vinte e oito principais áreas de atuação na carreira jurídica, desde as mais conhecidas e

vistas diariamente, até aquelas tidas como de vanguarda, algumas praticamente desconhecidas do jovem advogado.

Sobre as estratégias de captação de clientes, inclusive no que diz respeito à veiculação de publicidade pelo advogado, essas devem ser feitas com a devida cautela exigida pelo Código de Ética e Disciplina da OAB. As vedações são expressas e descumpri-las resulta em infração ética passível de responsabilidade junto a Ordem dos Advogados do Brasil.

Ainda sobre a questão da ética, advogados jovens e também os mais experientes, precisam lidar com a concorrência desleal de profissionais que praticam preços muito abaixo dos fixados na tabela da OAB. Utilizam, ainda, estratégias reprováveis para alocar clientes cujas causas estão sendo patrocinadas por outro colega, ultrajando e maculando a imagem de uma profissão cuja ética e os valores morais são pilares de sustentação máxima.

Diante de tantos desafios, soma-se a morosidade da Justiça, vista através dos inúmeros processos que se acumulam dia após dia em nossos Tribunais, problema agravado, principalmente, pelo quadro de servidores insuficiente para atender à tanta demanda de ações judiciais de nossa sociedade. Se antes as pessoas relutavam em propor uma ação judicial, hoje, mais conscientes de seus Direitos, o cidadão não hesita em demandar em juízo.

Ainda assim, a advocacia é fascinante e sempre haverá espaço para os verdadeiros advogados vocacionados, aqueles que saem da faculdade de Direito cheios de sonhos e que fazem das dificuldades uma espécie de mola propulsora para seguirem adiante, com a cabeça erguida, cientes da importância do papel que desempenham junto à comunidade.

Ser “...indispensável à administração da justiça...” representa a possibilidade de contribuir, de fazermos a nossa parte por uma sociedade mais justa, em que os princípios da isonomia e da dignidade da pessoa humana assumem contornos realmente prioritários e são colocados ao alcance de quem deles precisa. Afinal, fazer justiça não é isto?

*Mestranda em Gestão Integrada do Território, Pós-Graduada em Direito do Trabalho e em Ciências Criminais, advogada militante, Coordenadora da Escola Superior de Advocacia em Governador Valadares, MG e professora de Direitos Humanos em cursos preparatórios para concursos.